

A repressão e violência aos estudantes nas escolas cívico-militares brasileiras através do medo: uma revisão de literatura

Gabriel Cesar Brunório

RESUMO: Este artigo examina os impactos da militarização das escolas cívico-militares no Brasil, do ponto de vista dos estudantes. Essas escolas adotam uma abordagem educacional distinta, centrada na disciplina, obediência e hierarquia, mas há preocupações em relação à repressão e violência enfrentadas pelos estudantes. A pesquisa envolveu uma seleção de doze artigos encontrados pelo Google Scholar, juntamente com entrevistas com estudantes, pais e responsáveis. Os resultados revelam que os estudantes experimentam um ambiente de medo, autoritarismo, punições e presença de pessoas armadas, o que contribui para um clima de repressão em vez de segurança. O medo é usado como ferramenta de controle, afetando o comportamento e o desempenho acadêmico dos estudantes, resultando em pressão psicológica. Além disso, há relatos de intolerância religiosa e cultural. A discussão enfatiza que a militarização das escolas cívico-militares no Brasil suscita preocupações profundas sobre o impacto na formação dos estudantes, destacando a importância de equilibrar disciplina e bem-estar emocional. A imposição autoritária de comportamentos prejudica a capacidade dos estudantes de expressar opiniões divergentes e questionar a realidade ao seu redor. As considerações finais indicam a necessidade de alternativas que promovam uma educação de qualidade, respeitosa e empoderadora, garantindo que os estudantes se sintam seguros, valorizados e motivados a aprender.

Palavras-chave: Escolas cívico-militares, estudantes, violência, medo, educação, revisão de literatura.

INTRODUÇÃO

Diversos estudos têm posicionado a pauta das chamadas "escolas cívico-militares" no contexto brasileiro (Mendonça, 2019; Pinheiro, Pereira & Sabino, 2019; Carvalho, Zientarski & Rech, 2022). Esses estudos, em linhas gerais, focam na perspectiva da implementação de políticas públicas, avaliando os resultados e desempenho do modelo de ensino, exemplo ao estudo de Escolas cívico-militares: estratégia política para ocultar a negligência com a educação pública no Estado brasileiro (Carvalho, Zientarski & Rech, 2022), enquanto outros focam em avaliar o Pec-

im como perspectiva, exemplo aos estudos de A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil (Alves & Toschi, 2019) e MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: Análise do Desempenho Escolar, Disciplina, Segurança e Aspectos Legais (Silva, 2019). Contudo, parece haver uma quantidade menor de estudos que observam a perspectiva do estudante nesse modelo de ensino, trazendo potenciais lacunas para estudos futuros.

Tais lacunas deixam uma perspectiva importante de lado, de trazer o que os estudantes das escolas pensavam dessa proposta de projeto, quais seriam seus receios, o que achariam que mudaria no ambiente escolar. Dessa forma, este artigo visa revisar o que diz a literatura principalmente sobre a perspectiva do estudante das escolas cívico-militares, observando estudos qualitativos e quantitativos, tal como entrevistas e etnografias conduzidas em tal contexto de ensino.

Se por um lado alguns estudos têm apontado o crescimento da violência em ambiente escolar (Jesus, 2021; Garrido & Filpo, 2018), por outro, o contexto da Pandemia fomentou a discussão da militarização das escolas públicas como uma possível solução alternativa a estes altos índices de violência dentro das instituições de ensino. Contudo, para muito além da expansão provocada pela implementação do Projeto de Escolas Cívico Militares (Pecim) - instituído pelo Decreto Presidencial nº 10.004 de 05 de Setembro de 2019 (BRASIL, 2019, p. 1) - aqui questiona-se como tal processo já acompanhou desde seu início denúncias e casos de abuso sexual e de violência física contra estudantes (PLURAL CURITIBA, 2021; G1, 2021) que parecem não apenas não solucionar a questão central levantada como problemática, mas também agravar o cenário de violência em ambiente escolar, pois a violência não se trata mais apenas da relação estudante-estudante, mas agora também militar-estudante. Diante de tal contradição, alguns estudos têm buscado refletir sobre o fenômeno (Barbosa & Tozatto, 2023) e como a escola passa a ser um ambiente ainda mais violento, antidemocrático e sem espaço para oposições (Tapajós & Silva, 2023; Correio Brasileiro, 2023; Revista Fórum, 2023), mas também a partir de artigos e pesquisas que discutem toda a problemática educacional principalmente para os estudantes.

Este modelo cívico militar se inspira prin-

principalmente nas instituições de ensino militares (Souza & Santos, 2022), que apresentam índices altos em relação especialmente às notas dos estudantes (Benevides & Soares, 2016), buscando assim um aumento no desempenho escolar nas escolas que aderissem ao novo modelo militarizado. Até o final de 2022 cerca de 200 escolas aderiram ao Pecim, segundo Pinheiro et al. (2019), ignorando o que envolve nas especificidades de cada instituição de ensino e também na disparidade de investimento recebidos entre as escolas militares e públicas. E complementam:

Outro fator a ser considerado é que as escolas militarizadas ao adotarem reservas de vagas, selecionam o seu público, ação que impulsiona vantagens quantitativas nos processos de avaliação pedagógica e nos indicadores de qualidade. No entanto, isso revela um mecanismo de reprodução das desigualdades, visto que as demais escolas públicas recebem todos os segmentos sociais num contexto político de subsequentes reduções dos investimentos públicos. (Pinheiro, Pereira & Sabino, 2019, p. 16).

Além disso, existiu em muitos municípios uma adesão forçada ao Pecim, focada em objetivos eleitorais, numa análise de conjuntura pelos prefeitos e vereadores(as) que colocava em questão o aumento do pensamento conservador que tem acontecido em uma linha constante desde as eleições de 2018 (Santos & Alves, 2022). Sendo assim, aproveitando uma estratégia eleitoral para os próximos pleitos, buscaram transformar as escolas públicas nos modelos de escolas cívico-militares, fazendo da militarização uma espécie de “moeda eleitoral”, como apontam:

Militarização como moeda eleitoral, visando a agradar determinados setores conservadores em visível crescimento no país; e a militarização como política de repressão e controle social, tendo em vista o gradual crescimento dos movimentos sociais (com destaque para o movimento estudantil) a partir de meados de 2010, com o auge em 2013. (Santos & Alves, 2022, p. 14).

Também existem casos de governadores, como no caso do Paraná, que focou a implementação das escolas cívico militares em regiões onde haviam acontecido grandes mobilizações contra a Reforma do Ensino Médio e contra a PEC do congelamento de gastos entre 2015 e 2017, para dar fim ao pensamento ‘ideológico’ dentro das escolas (CURITIBA CBN, 2023).

Como já apontado anteriormente, está no centro da discussão deste artigo observar não o processo de expansão em si, mas localizar o estudante em meio ao processo. Cabe também observar se a militarização das escolas públicas a partir do Projeto de Escolas Cívico Militares muda a relação que o estudante constrói com o espaço escolar e como eles percebem essa mudança

dentro deste contexto da militarização, a qual trás consigo a disciplina, censura, submissão e a despersonalização de suas identidades, afetando nas suas construções de relações sociais dentro do ambiente escolar (Brasil de Fato, 2023; Silva, 2023).

Dessa forma, este artigo se propõe a refletir sobre a seguinte pergunta de pesquisa, “o que diz a literatura sobre como o estudante percebe a repressão e a violência no contexto de uma escola militarizada?”, realizando uma revisão de literatura, a qual é descrita no tópico a seguir, apontando seleção de artigos com critérios de inclusão e exclusão. Após, são discutidos os resultados, buscando observar convergências e divergências entre o que dizem os estudos que localizam o estudante no centro da questão das escolas cívico-militares e, por fim, são apresentadas as considerações finais, com a síntese dos achados, mas também reflexões sobre limitações de pesquisa e potenciais caminhos para futuros estudos sobre a abordagem e tema.

MATERIAIS E METODOLOGIA

Utilizando da metodologia de proposta por Botelho et. al (2011, p. 127) de “revisão sistemática integrativa”, metodologia esta que também foi adaptada por Silva (2018, p. 59), realizou-se uma pesquisa de títulos e de resumos de publicações, com algumas restrições, sendo a primeira temporal, onde a busca se limita a publicações a partir de 2022, esta delimitação foi aplicada em propósito de fazer um recorte temporal, principalmente porque a implementação das escolas cívico-militares se deu entre os anos de 2019 e 2000, passamos até o começo de 2022 por uma pandemia, na qual implicou nos modelos de aulas fazendo com que assim não exista uma convivência entre os estudantes e militares dentro do ambiente escolar.

Foram realizadas um total de 07 (sete) buscas com operador booleano ‘AND’ entre os seguintes conjuntos de palavras-chave, sendo todas elas pesquisadas em português: “escola cívico-militar” AND “estudante” AND “repressão”; “escola cívico-militar” AND “estudante” AND “violência”; “escola cívico-militar” AND “estudante” AND “medo”; “escola” AND “estudante” AND “violência” AND “militarização” AND “ditadura militar”; “escola” AND “estudante” AND “repressão” AND “militarização” AND “ditadura militar”; “escola” AND “estudante” AND “medo” AND “militarização” AND “ditadura militar”; “escola” AND “estudante” AND “violência” AND “repressão” AND “medo” AND “militarização” AND “ditadura militar”.

Foi a partir dessa metodologia, que pode-se juntar artigos que trouxessem alguma voz ao

estudante, na tabela abaixo temos um conjunto de itens como evidências para que possam ser usados em revisões sistemáticas. Utilizou-se como principal ferramenta de pesquisa o Google Scholar. Este levantamento inicial trouxe um total de 762 resultados com palavras-chaves no título ou resumo. Para tal, o Quadro 01 apresenta:

Quadro 1 - Palavras-chave e bases selecionadas para a revisão sistemática de literatura (PT-BR)

| Palavras-Chave | Google Scholar |
|---|----------------|
| "escola cívico-militar", "estudante", "repressão" | 27 |
| "escola cívico-militar", "estudante", "violência" | 59 |
| "escola cívico-militar", "estudante", "medo" | 48 |
| "escola", "estudante", "violência", "militarização", - "ditadura militar" | 237 |
| "escola", "estudante", "repressão", "militarização", -"ditadura militar" | 132 |
| "escola", "estudante", "medo", "militarização", -"ditadura militar" | 178 |
| "escola", "estudante", "violência", "militarização", "repressão", "medo", -"ditadura militar" | 81 |
| Soma | 762 |

Fonte: Elaboração própria

Com o levantamento inicial, foi necessário filtrar um pouco mais, de maneira que contemplasse o tema central em torno da perspectiva do estudante sobre a violência dentro das escolas cívico-militares. Excluindo assim, artigos, pesquisas e teses que não trouxessem a visão dos estudantes destas instituições de ensino. Reduzindo o número total de 762 publicações para 97 resultados, aplicando então uma nova etapa formando critérios de inclusão e exclusão, conforme Quadro 02:

Quadro 2 - Critérios de Inclusão e Exclusão para filtro da Revisão de Literatura

| Critério de Inclusão | Critérios de Exclusão |
|--|---|
| Estudos que realizam revisão de literatura; | Aborda apenas perspectivas de professores, diretores, pais e sindicalistas da educação; |
| Estudos que apresentam discussão relacionada à violência dentro das escolas cívico-militares; | Faz apenas menção à redução de violência na relação estudante-estudante e ignora a relação militares-estudantes ; |
| Entrevistas com estudantes; | Duplicata, mesmo que sob outro título, mas sendo a mesma discussão; |
| Estudos que apontam problemas na implementação do Projeto de escolas cívico-militares (Pecim); | Documento final inacessível; |
| Estudos que apontam impactos principalmente aos estudantes dessas escolas aderentes ao Pecim. | Somente perspectiva de pesquisadores, professores e gestão escolar. |

Fonte: Elaboração própria

Após seguir os critérios de inclusão e exclusão, totalizam um resultado de 12 artigos, dissertações e teses que visassem discutir o assunto da militarização das escolas públicas no Brasil tendo o estudante no centro da análise, em como o projeto foi aplicado, com qual intenção e como tem se dado a proficuidade do Pecim à educação brasileira até então.

O filtro principal para a seleção dos elementos de pesquisa para realizar a investigação foi a escolha de materiais que focassem em responder à pergunta de pesquisa: O que diz a literatura sobre como o estudante percebe a repressão e a violência no contexto de uma escola militarizada?, buscando trazer perspectivas de estudantes e quando não fosse possível em relatos diretos de estudantes, refletisse a partir de situações da rotina escolar, quais os tipos de violência são aplicadas diariamente nas escolas cívico-militares com a justificativa de uma melhoria da disciplina e desempenho escolar

mas com o verdadeiro intuito de construir um ambiente de submissão e repressão ao estudantes com dominância por parte dos militares.

Quadro 2 - Critérios de Inclusão e Exclusão para filtro da Revisão de Literatura

| Títulos | Autores | Ano de Publicação |
|--|--|-------------------|
| Avaliação E Militarização De Escolas No Distrito Federal: Relações E Implicações | Enílvia Rocha Morato Soares & Rose Meire Da Silva E Oliveira | 2022 |
| Conselho De Classe Em Uma Escola Militarizada Do Distrito Federal | Rhaíssa Sheri Freire De Souza Rocha | 2022 |
| Das Cirandas Aos Quartéis: Expansão Da Militarização Das Escolas Públicas No Tocantins | Jefferson Soares De Sousa & Denise Lima De Oliveira | 2023 |
| Democracia Escolar Em Vertigem: Aspectos Jurídicos E Psicológicos Diante Do Educar Militarizado | Angélica De Abreu Barbosa & Alessandra Tozatto | 2023 |
| Escola Cívico-Militar Em Belém/Pa: Discussão A Partir De Um Estudo De Caso | Michelle Costa Tapajós & José Bittencourt Da Silva | 2023 |
| Escola Pública Atual Ou Cívico-Militar? Com A Palavra Professores E Estudantes De Uma Instituição Estadual De Vila Rica/Mt | Mônica Strege Médici, Domenico Dos Santos Médici & Marcelo Franco Leão | 2022 |
| Escolas Cívico-Militares, Foucault E Corpo Dócil: Disciplina Como Via De Ensino? | Brunella Poltronieri Miguez, Ana Karyne Loureiro Furley & Hiran Pinel | 2022 |
| Escolas Cívico-Militares: Cidadãos Ou Soldadinhos De Chumbo? | Erasto Fortes Mendonça | 2019 |
| Militarização Das Escolas E A Narrativa Da Qualidade Da Educação | Daniel Calbino Pinheiro, Rafael Diogo Pereira & Geruza De Fátima Tomé Sabino | 2019 |
| Militarização Das Escolas Públicas Em Goiás: Disciplina Ou Medo? | Leandra Augusta De Carvalho Moura Cruz | 2017 |
| O Direito À Educação E A Militarização No Distrito Federal | Gilberto Soares Da Costa | 2022 |
| Programa Escola Cívico-Militar: Diagnóstico Do Presente | Juliana Boanova Souza & Suelen Assunção Santos | 2022 |

Fonte: Elaboração própria

REVISÃO DE LITERATURA

A princípio, cabe citar Gilberto (2022), que faz uma análise entre o *modus operandi* militar e o ambiente escolar e como isso está relacionado à repressão e violência dos militares com os estudantes dentro das escolas cívico-militares. Pois segundo ele, o militarismo e a escola estão em caminhos opostos por diversas razões, aponta que a polícia é treinada para agir com violência enquanto na escola aprender a respeitar e conviver com diferenças. Apresenta que ao colocar um policial dentro da escola, ele iria impor a disciplina, obediência e hierarquia de uma maneira onde os estudantes alimentarão o sentimento de medo por conta das repressões e falta de diálogo, ações essas diferentes do que os profissionais da área educacional entendem como educação. E cita:

Entendemos que o processo de militarização das escolas públicas no Brasil pode ser legalmente questionado por diferentes fatores, dentre eles: [...] definição de perfil de estudantes e impedimento de matrículas de estudantes que não atendem a esse perfil; desrespeito às características étnicas, raciais, culturais e identitárias dos e das estudantes, além de reserva de vagas e cobrança de taxas (Santos & Cara, 2023, p.3).

Desta forma, a criação das escolas cívico-militares trazendo consigo a restrição de matrícula de estudantes que não se encaixam em um perfil específico, estaria para além de retirar o direito à educação destes jovens, diminuindo consequentemente a diversidade racial, cultural e identitária dos estudantes dessa instituição de ensino. A questão dessa militarização das escolas afetar na diversidade escolas e na liberdade de expressão e cultural dos estudantes também é tratada, e dando muita atenção e relevância para a opinião dos estudantes, por Soares e Oliveira (2022), que coletaram relatos de estudantes sobre diversas situações corriqueiras da escola após a transição para cívico-militar. Tal qual relataram o autoritarismo por parte dos militares devido a ausência de diálogo.

Os depoimentos sinalizam haver insuficiência ou mesmo inexistência de diálogo entre estudantes e policiais militares, o que denota uma imposição autoritária e repressora de comportamentos considerados inaceitáveis. Quando obtida, a disciplina que nesses moldes se produz não garante a redução de atos violentos. Por não se assentar em bases sólidas, torna-se aparente, artificializada e propensa a voltar ao “normal” ou à indisciplina em situações nas quais a vigília se mostrar menos ostensiva. É bastante comum a reincidência da violação de regras por sujeitos que foram anteriormente punidos (Guimarães, 2017). (Soares & Oliveira, 2022, p.9).

O medo pode ser utilizado como ferramenta de controle, e é por este caminho que as escolas cívico-militares vão, o autoritarismo, punições e o fato de estar em um ambiente com pessoas armadas acabam causando o sentimento de medo e coesão ao invés de segurança. E infelizmente, isso torna-se uma estratégia para manter a ‘disciplina e ordem’ nestas instituições de ensino.

Em punição para comportamento desviante (perda de pontuação em nota, por exemplo) e condecoração para comportamentos considerados exemplares (bons resultados de aprendizagem), operam tão só, a nosso ver, como controladores disciplinares de performance através do medo. (Míguez, Furley & Pinhel, 2022, p. 11).

[...] a avaliação materializada em contextos onde predominam relações de poder, domínio, repressão e controle sobre pensamentos e corpos se apresenta privada de requisitos básicos que caracterizam uma educação voltada à formação integral dos sujeitos. (Soares & Oliveira, 2022, p. 10)

Os estudantes desses colégios militares devem seguir todos os 88 incisos do Regimento Disciplinar e, caso falhem uma única vez, poderão ser penalizados com advertência, repreensão, suspensão da sala de aula ou transferência educativa, de acordo com a transgressão realizada, e ainda terão suas notas subtraídas de acordo com as infrações cometidas e suas penalidades correspondentes. Se o aluno ganhar uma advertência, ele é penalizado com (- 0,25) em sua nota; Repreensão (-0,50); Suspensão da sala de aula até dois dias (-0,50) e Suspensão da sala de aula acima de dois dias (1,00). Sendo assim, os alunos, em seu cotidiano, convivem com medo e angústia de cometerem alguma das transgressões e, consequentemente, serem penalizados ou serem convidados a se retirar do Colégio. Além disso, alguns alunos são convencidos a acreditar que ser expulso do Colégio Militar é estar fadado ao fracasso para toda a sua vida. (Cruz, 2017, p. 103).

Dessa forma, podemos observar que com essa tratativa aos estudantes, a punição implica também nas suas notas, colocando uma pressão psicológica de que dependem de se manter por ali para não fracassarem na vida. A partir de entrevistas com estudantes, Rocha em sua dissertação, consegue relatos sobre a tratativa dos monitores militares com os estudantes:

“É rebeldia que eles falam (Estudante Victória); É rebeldia, se você falar, é advertência oral. E se você não se calar e continuar debatendo, é advertência mesmo (Estudante Júlia); E perde a opção do seu ponto da formativa. Porque eles não escutam o que você fala e se falar, praticamente, está errado (Estudante Ysabelli).” (Rocha, 2022, p.91).

A partir das entrevistas, a autora ainda faz uma reflexão utilizando a perspectiva histórico-crítica proposta pela Secretaria de Educação Estadual do Distrito Federal em 2014 com base no

pensamento Foucaultiano.

O contexto dessas falas dos estudantes revela que se sentem injustiçados quanto à punição que lhes é conferida pelo monitor militar em função de algum comportamento que esteja em desacordo com as regras. Nesse sentido, percebe-se que o desvio no padrão imposto pelo militarismo passa a vigorar dentro da escola na direção do silenciamento das opiniões, condicionando os estudantes a uma formação radicalmente contrária à perspectiva histórico-crítica proposta pela SEEDF (DISTRITO FEDERAL, 2014). Em contrapartida, para promover o adestramento, é necessário que haja vigilância hierárquica de forma que garanta a reprodução do comportamento esperado e formalizado em regimentos e manuais. Nesse caso, até mesmo o olhar torna-se dispositivo de coerção para o exercício da disciplina e há um mecanismo penal funcionando no centro do sistema disciplinar com castigos, cuja função é a redução dos desvios de regularidades e regras e aplicam-se recompensas e sanções, além de exames que permitem qualificar, classificar e punir (Foucault, 2014). (Rocha, 2022, p. 91).

Mendonça faz uma análise do parâmetro geral das escolas cívico-militares, questionando se essas instituições formam cidadãos ou apenas soldados submissos. Ele traz a partir da pesquisa de outro autor, Brasília, denúncias dentro dessas instituições até mesmo de assédio sexual por parte dos militares com as estudantes do estado do Amazonas.

Ainda no sistema de ensino do AM, duas professoras do mesmo colégio acusam um militar que integra o corpo docente da escola de assédio sexual. "Segundo uma delas, o oficial propôs um encontro sexual em troca da revisão de uma nota baixa dada à filha da docente" (Basílio, 2019). (Mendonça, 2019, p. 11).

E completa com o relato:

Um PM amazonense ouvido sob anonimato por Carta Capital diz que impera nas escolas a 'cultura do medo'. As unidades, descreve, tornaram-se locais de jogos de poder internos da corporação, com favorecimentos movidos a interesses particulares e abordagens que em nada se preocupam com o papel pedagógico dos colégios. 'Esses militares precisam entender que não estão em um quartel ou em uma operação civil, mas em uma escola' (Basílio, 2019)." (Mendonça, 2019, p. 11).

Apesar do trabalho de Rêses & Paulo (2019), ter o foco no posicionamento do corpo docente da educação básica sobre essa militarização das escolas públicas, ninchado ao estado de Goiás, os autores trazem análises interessantes sobre a submissão que os estudantes são submetidos nessas escolas, sem direito ao questionamentos e com constante medo de punições:

Na escola militarizada, os estudantes são sub-

metidos à vigilância e ao monitoramento a todo momento por meio da presença de militares armados num complexo educacional que mais lembra um quartel, com salas de aulas e professores de jalecos brancos. Isso induz a uma íntima relação de poder e submissão permanente. (Rêses & Paulo, 2019, p. 8).

Nada de criticidade nem de questionamentos; ao contrário, há uma formação de jovens que sabem que estão sendo vigiados e que, portanto, agem de maneira 'dócil', zelando pela manutenção do status quo. Ser observado sempre é uma forma impositiva de poder e disciplina, havendo possibilidade de ações punitivas. Ou seja, o medo impõe o 'respeito'. (Rêses & Paulo, 2019, p. 8).

Com base nas literaturas e nas reportagens no tópico anterior, é possível observar que existem pesquisas sobre os diferentes níveis de violências

A OBEDIÊNCIA À MILITARIZAÇÃO A PARTIR DO MEDO

Podemos analisar, com base nas literaturas também, que a obediência e subordinação aos militares dentro das escolas partem majoritariamente a partir do medo, seja ele de punição ou pelo fato dos militares estarem armados dentro das escolas cívico-militares. Cabe citar Foucault, em um trecho que nos convida a entender os métodos de punição como técnicas específicas que fazem parte de um conjunto mais amplo de práticas de exercício de poder. Ou seja, a punição não é apenas um resultado, mas uma técnica deliberada usada para alcançar objetivos de poder.

"analisar os métodos punitivos não como simples consequências de regras de direito ou como indicadores de estruturas sociais; mas como técnicas que têm sua especificidade no campo mais geral dos outros processos de poder. Adotar em relação aos castigos a perspectiva de tática política" (Foucault, 2014, p. 27)

Através do trabalho de Soares e Oliveira (2022), onde avaliam o plano pedagógico e a maneira de avaliação desenvolvida em uma escola militarizada pelo Projeto de Escolas Cívico-Militar em um modelo de Gestão Compartilhada, que tem como principal intuito melhorar a disciplina e violência dentro da escola em questão. E de fato, o que de cara acontece e é relatado por pais e estudantes é de que a violência na relação estudante-estudante realmente diminuiu. Esse fator, é relatado pelos próprios estudantes que foram entrevistados pelas pesquisadoras.

"Única coisa que melhorou é que ano passado tinha muita briga, tinha às vezes muito furto dentro da sala de aula. (Estudante)" (Soares & Silva, 2022, p.6).

Porém, vale a reflexão se de fato foi por algum projeto interno pedagógico que fez com que essa melhora acontecesse ou se foi causado por situações de repressões que ocasionaram em um medo constante dos estudantes com os militares de sua escola. Essa preocupação começa a ser maior a partir do momento em que os pais dos estudantes percebem que a tratativa por parte dos militares é agressiva com seus filhos, essa percepção acontece com responsáveis favoráveis ao projeto também, demonstrando o quanto preocupante é toda essa situação.

“Única coisa que advertência... Só sabem dar advertência. Tem que ter critérios. Meu filho é revoltado com isso e meu marido fica nervoso com o que vê. Eu acompanho, levo todos os dias o meu filho. Sei o que acontece. (Pai/mãe/responsável)” (Soares & Silva, 2022, p.8).

Nas entrevistas realizadas, é possível perceber que o medo dos militares é explícito por parte dos estudantes e de que existe a ausência do diálogo dentro do espaço escolar, rompendo assim, qualquer oportunidade de discordância lá dentro em como lidar com as situações diárias da escola. O que coloca os policiais numa situação agradável, sem oposição, que podem dar ordens sem qualquer tipo de resistência por parte dos estudantes, pais e demais funcionários e tornando essa situação ainda mais perigosa, pois dessa forma caminhamos para uma quarteirização das escolas públicas, onde a autoridade parte de um militar.

“A gente não aprendeu a ser comportado, a gente aprendeu a ter medo deles. (Estudante)” (Soares & Silva, 2022, p.8).

“É preciso que, ao dar as advertências, seja melhor explicado o motivo. Que essa disciplina não seja só pelo lado da pressão, mas que seja conquistada no dia a dia, pelo respeito, buscando formas alternativas de melhorar esse convívio. (Pai/mãe/responsável)” (Soares & Silva, 2022, p.9).

Em direção contrária, o tratamento autoritário e impositivo dispensado aos estudantes pelos policiais militares propicia aprendizagens que se aproximam, em grande medida, de uma formação voltada à conformação e à subserviência ao que está posto. A aceitação da realidade como uma fatalidade se agiganta em decorrência de tais aprendizagens, sendo a avaliação posta a serviço da intimidação e da coação dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou revisar o que diz a literatura sobre como o estudante percebe a repressão e a violência no contexto das escolas cívico-militares, e buscando trazer perspectivas

voltadas para o pensamento da situação do estudante quando não possível diretamente através de entrevistas, pois percebeu-se durante a fase de pesquisa deste estudo, que a perspectiva do estudante não é priorizada e as pesquisas encontradas até esta conclusão pouco trazem voz à eles, mesmo que estejam em um ambiente que permeia estresse e medo. Com a análise dos diversos trabalhos e pesquisas apresentadas ao longo deste artigo aponta claramente para a presença de uma dinâmica autoritária e repressora dentro dessas escolas.

A militarização das escolas cívico-militares representa uma abordagem que difere fundamentalmente do conceito tradicional de educação, onde o respeito, o diálogo e a valorização da diversidade cultural, racial e religiosa são princípios fundamentais, respeitando o Estado laico. Ao introduzir militares nas instituições de ensino, observamos uma imposição de disciplina, obediência e reforça a hierarquia, de maneira que não haja espaço para contestações e oposições mas também que, muitas vezes, se baseia no medo e na repressão.

Mesmo com os poucos materiais que se encaixam nessa proposta de análise de perspectiva, fica visível que os estudantes que frequentam essas escolas enfrentam constantemente o temor de punições rigorosas por transgressões muitas vezes subjetivas, o que cria um ambiente de ansiedade e insegurança. A pressão psicológica para manter uma conduta estritamente controlada, sob a ameaça de penalidades acadêmicas, perpetua o ciclo do medo como uma ferramenta de controle. Além disso, a ausência de diálogo e a imposição autoritária de comportamentos contribuem para a supressão da capacidade dos estudantes de expressar opiniões divergentes e de questionar a realidade que os cerca. O medo se torna um mecanismo para garantir a conformidade, em vez de promover a segurança e a educação integral.

É importante ressaltar que a militarização das escolas públicas também tem sido associada a casos de intolerância religiosa, racial e cultural, destacando a preocupante normalização de comportamentos discriminatórios entre os estudantes. A violência, seja física ou psicológica, não pode ser tolerada em um ambiente educacional. Na formação de profissionais da área da educação, em específico de educadores e professores, discute-se muito sobre ambientes estressantes ou que causem medo e insegurança aos estudantes não ser produtivo, pois retorna como resultado, ao invés de uma melhora no desempenho acadêmico e um melhor aprendizado, o oposto disso. A militarização traz consigo pontos como a hierarquização, disciplina e obediência, que chegam de forma autoritária até o

estudante, fazendo com que o sentimento de repressão e medo cresça.

O ambiente escolar deveria ser um lugar onde as pessoas pudessem se conhecer melhor, de sociabilidade e motivador ao aprendizado, fazendo com que os estudantes se abram para receber novos conhecimentos, aprendam conviver em sociedade e também respeitar a diversidade cultural, sexual, étnico-racial e religioso. Porém, já existem denúncias de intolerância religiosa, por exemplo, partindo dos próprios policiais presentes nas escolas cívico-militares.

Uma estudante, 14 anos, do Centro Educacional 3 de Sobradinho — uma escola cívico-militar da região [do Distrito Federal] — sofreu racismo religioso por usar fios-de-conta, objeto típico dos adeptos do candomblé e umbanda. Segundo a denúncia, após a jovem se recusar a retirar a indumentária, uma tenente do colégio tentou remover à força o colar do pescoço da aluna (Correio Brasileiro, 2023).

Esse tipo de violência, que se configura como um crime de racismo religioso, não apenas constrange o estudante como reforça o medo da crença e de se expressar em sociedade, normalizando aos próprios estudantes que a intolerância é algo positivo, pois partiu de uma autoridade da comunidade escolar logo é vista como uma ação correta, que se enquadra naqueles princípios iniciais da obediência, hierarquia e disciplina, resultando na reprodução desse tipo de violência em outros âmbitos e fazendo da escola um lugar violento e hostil.

Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade de uma reflexão profunda sobre os objetivos e impactos das escolas cívico-militares na formação dos estudantes. A busca pela disciplina e ordem não deve ocorrer às custas do bem-estar emocional e do desenvolvimento pleno dos jovens. O ambiente escolar deve ser um espaço de aprendizado, crescimento e respeito mútuo, onde a diversidade seja valorizada e a busca pelo conhecimento seja incentivada.

Em última análise, a militarização das escolas cívico-militares não parece ser a solução para os desafios enfrentados pela educação pública. Em vez disso, é necessário buscar abordagens que promovam um ambiente educacional saudável, onde os estudantes se sintam seguros, respeitados e motivados a aprender. A educação deve ser uma ferramenta de empoderamento e transformação, não um instrumento de medo e repressão. Espera-se que este estudo contribua para uma discussão mais ampla sobre o papel das escolas cívico-militares na sociedade e inspire a busca por alternativas que promovam uma educação de qualidade, inclusiva e respeitosa com os direitos e dignidade de todos os estudantes. Por isso, espera-se que através deste

artigo de revisão de literatura, seja possível não apenas responder a questão sobre 'O que diz a literatura sobre como o estudante percebe a repressão e a violência no contexto de uma escola militarizada?', mas também ser um facilitador para novas produções e pesquisas que tenham como objetivo dar voz aos estudantes ao se proporem a realizar análises em torno das problemáticas, qualitativas e quantitativas das escolas cívico-militares.

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam Fábria; TOSCHI, Mirza Seabra. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. *RBPAE* - v. 35, n. 3, p. 633-647, set./dez. 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbpae/v35n3/1678-166X-rbpae-35-3-0633.pdf>. DOI: 10.21573/vol35n32019.96283.

BARBOSA, Angélica de Abreu; TOZATTO, Alessandra. Democracia escolar em vertigem: aspectos jurídicos e psicológicos diante do educar. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v.9.n.05. mai. 2023. DOI: doi.org/10.51891/rease.v9i5.9899. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/9899/3871> 2023.

CARVALHO, Anderson dos Anjos Pena de; ZIENTARSKI, Clarice; RECH, Hildemar Luiz. Escolas cívico-militares: estratégia política para ocultar a negligência com a educação pública no Estado brasileiro. *Educação*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 1-15, jan-dez. 2022. e-ISSN: 1981-2582. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reeduc/v45n1/1981-2582-educacao-45-01-e-36739.pdf>. DOI: 10.15448/1981-2582.2022.1.36739.

COSTA, Gilberto Soares da. Direito à educação e a militarização no Distrito Federal. Trabalho Final de Curso (Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação - FE), 2022. Universidade de Brasília, disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/32620/1/2022_GilbertoSoares-DaCosta_tcc.pdf

CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da; SILVA, Felipe Dias de Oliveira; VIANNA, Diogo Henrique. Professores em tempos sombrios: objetivações da ética no Ensino de História. *SÆCULUM – Revista de História*, v. 26, n. 45, p. 265-278, jul./dez. 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2021v26n45.60375. ISSN 2317-6725.

CRUZ, Leandra Augusta de Carvalho Moura. Militarização das escolas públicas em Goiás: disciplina ou medo? Dissertação (Pós-graduação em

- Mestrado em História), 2017. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/3746/2/LEANDRA%20AUGUSTA%20CARVALHO%20MOURA%20CRUZ.pdf>.
- GARRIDO, R. Grazinoli; LEAL-FILPO, P. Pelotão, alto! militarização como resposta aos casos de violência escolar no Brasil. *Revista Caribeña de Investigación Educativa (RECIE)*, 2(2), 94-106. Disponível em: <https://doi.org/10.32541/recie.2018.v2i2.pp94-10>.
- JESUS, Marília Cristina Sassim. O FENÔMENO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DIFUSÃO DE INOVAÇÃO. 2021. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/31477/Mar%20Sassim_Disserta%20a7%20VF%2021122021%20%20Com%20ficha%20catalogr%20a1ficha%20-%20Atualizado%20fgv_2.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. Conhecimento histórico escolar em tempos de negacionismo: dilemas éticos e experiências democráticas. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 41, p. 53-68, jan./2023. ISSN 2238-9717. DOI: <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2023n41.13200>. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/index>.
- MÉDICI, Mônica Strege; MÉDICI, Domenico dos Santos; LEÃO, Marcelo Franco. Escola pública atual ou cívico-militar? Com a palavra professores e estudantes de uma instituição estadual de Vila Rica/MT. *Revista Destaques Acadêmicos, Lajeado*, v. 14, n. 2, 2022. ISSN 2176-3070 DOI: [dx.doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v14i2a2022.3123](https://doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v14i2a2022.3123). Disponível em: <http://www.univates.br/revistas>.
- MIGUEZ, Brunella Poltronieri; FURLEY, Ana Karyne Loureiro; PINEL, Hiran. Escolas cívico-militares, Foucault e corpo dócil: disciplina como via de ensino? *ARTEFACTUM – REVISTA DE ESTUDOS EM LINGUAGEM E TECNOLOGIA ANO XIV – Nº 01/2022*. Acesso em: XX de MÊS de 2023.
- MENDONÇA, Erasto Fortes. Escolas cívico-militares: cidadãos ou soldadinhos de chumbo? *Revista Retratos da Escola, Brasília*, v. 13, n. 27, p. 621-636, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v13i27.1039>.
- PEREIRA, Nilton Mullet. O tempo multiplicado: não há ética no ensino de história sem a problematização do tempo. *Palavras ABEHrtas*, n. 3, set. 2021.
- Pinheiro, D. C., Pereira, R. D., & Sabino, G. de F. T. (2019). Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação. *Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação*, 35(3), 667. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/95957>.
- Rocha, Rhaíssa Sheri Freire de Souza. Conselho de classe em uma escola militarizada do Distrito Federal. 2022. 146 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/46093>.
- SOARES, Enílvia Rocha Morato; OLIVEIRA, Rose Meire da Silva e. Avaliação e militarização de escolas no Distrito Federal: relações e implicações. *Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo*, v. 33, e07463, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v33.7463>
- Soares de Sousa, J., & Lima de Oliveira, D. (2023). Das cirandas aos quartéis: expansão da militarização das escolas públicas no Tocantins. *Retratos Da Escola*, 17(37), 61–82. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1678>.
- Souza, Juliana Boanova & Santos, Suelen Assunção. Programa Escola Cívico-Militar: Diagnóstico do Presente. 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/4140/7828/8167>.
- Tapajós, Michelle Costa & Silva, José Bittencourt da. Escola Cívico-Militar em Belém/PA: Discussão a Partir de um Estudo de Caso. *Revista Retratos da Escola, Brasília*, v. 17, n. 37, p. 161-181, ano 2023. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1644/1171>.